

Itamaraty nas negociações: resistência na área econômica.

Representantes dos Ministérios das Relações Exteriores, do Planejamento e da Fazenda, e do Banco Central vão reunir-se na semana que vem para definir a posição brasileira a ser adotada na conferência de chanceleres e ministros da área econômica marcada, em princípio, para os dias 14 e 15 próximos em Bogotá ou Cidade do México, para discutir a questão da dívida externa latino-americana.

Essa informação, procedente do Itamaraty, foi recebida com total frieza no Ministério do Planejamento, pois na área econômica, ninguém ainda se sensibilizou para a viabilidade e a eficácia de uma pressão política com o propósito de obter vantagens adicionais no processo de renegociação da dívida.

Os técnicos do Ministério do Planejamento exprimiram ontem o ponto de vista que vem sendo externado pelos ministros Delfim Neto e Ernane Galvães (Fazenda), desde a divulgação da nota conjunta dos presidentes do Brasil, Argentina, Colômbia e México e posteriormente apoiada pelos governos do Equador e da Bolívia: a questão dos juros externos depende da evolução do déficit dos Estados Unidos e da política monetária norte-americana e não da manifestação favorável ou contrária dos banqueiros.

Os ministros do Planejamento e da Fazenda consideram legítima a pressão política, capaz de ser desenvolvida a nível de Itamaraty, mas recusam comprometer-se nu-

ma estratégia que implique pressão direta sobre o mercado financeiro internacional. Alegam que poderá ser contraprodutiva na chamada "hora da verdade", ou seja, no momento em que as negociações forem iniciadas, em agosto ou setembro.

De qualquer forma, se houver disposição dos países devedores da América Latina para apresentar uma proposta concreta envolvendo a principal questão da dívida externa, os juros; há várias alternativas em debate, a começar pela capitalização dos juros, que tem diversas variáveis: capitalização integral por um período de quatro anos, capitalização somente da parte que exceder certa taxa previamente definida entre credores e devedores, e financiamento do diferencial pelos governos dos países a que pertencessem os bancos, em condições favorecidas de juros e de prazos.

Todas essas propostas, inclusive a chamada negociação governo a governo, são recebidas com ceticismo pelos ministros da área econômica, que admitem quando muito a possibilidade de maior flexibilidade na discussão de prazos mais elásticos.

Enquanto isso, a chefa-adjunta da Divisão do Atlântico do Fundo Monetário Internacional, Ana Maria Jul, garantia ontem que o Brasil poderá sacar nova parcela de US\$ 390 milhões de financiamento ampliado do FMI em junho, independentemente do seu trabalho de avaliação do desempenho da economia brasileira iniciado ontem.